



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO SUL**

Rua do Comércio, 124 – Ipiranga do Sul/RS – CEP 99925-000 – Fone: (54)3336-1001

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2024

Processo Licitatório

Dispensa de Licitação Nº 007/2024

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS PROFISSIONAIS,
NA ÁREA DO JORNALISMO E
DA ASSESSORIA DE
IMPRENSA.**

Contratante: MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO SUL/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Comércio nº 124, Centro, Ipiranga do Sul/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 92.453.836/0001-60, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor **MARCO ANTONIO SANA**, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADA – FONTE EDITORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LTDA – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua do Comércio, nº 1510, Sala 705, na cidade de Tapejara/RS, inscrita no CNPJ sob nº 09.529.654/0001-81, neste ato representado por seu Representante Legal, firmam o presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

As partes acima qualificadas têm entre si justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços Especializados de Jornalismo e Assessoria de Imprensa, com vistas à publicidade institucional do Município, de conformidade com o estabelecido nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Prestação de serviços técnico especializados na área de jornalismo, da assessoria de imprensa, assessoria na realização do planejamento, da estratégia e do gerenciamento da publicidade institucional do município, assessoria na produção do programa de rádio institucional do município, planejamento de mídia, acompanhamentos de entrevistas, eventos, produção, elaboração e envio de textos, coleta de materiais, formatação, produção e envio para veiculação institucional do município.

CLÁUSULA II – DAS ATRIBUIÇÕES

2.1. Os serviços constantes do Objeto serão prestados pela Contratada, por seus prepostos designados, na Sede do Município, na sede da Contratada ou onde se fizer necessário, segundo as necessidades do serviço.

2.2. A Contratada deverá disponibilizar profissional habilitado, com formação em jornalismo, e com experiência na área, devendo ainda observar as disposições constitucionais no que tange a publicidade institucional dos órgãos da administração pública, não podendo, em hipótese alguma haver qualquer tipo de promoção pessoal ou desvirtuamento.

CLÁUSULA III – DAS RESPONSABILIDADES

3.1. A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços ora contratados que a ela estarão subordinados, assumindo também a responsabilidade pelas obrigações sociais, fiscais e trabalhistas decorrentes deste Contrato Administrativo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO SUL**

Rua do Comércio, 124 – Ipiranga do Sul/RS – CEP 99925-000 – Fone: (54)3336-1001

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA, em hipótese alguma, poderá paralisar a prestação dos serviços, devendo imediatamente substituir eventual profissional impossibilitado de prestar o serviço, sob pena de incorrer nas sanções administrativas previstas no presente contrato.

Parágrafo Segundo: Todos os profissionais utilizados pela Contratada, deverão possuir qualificação técnica e inscrição nos respectivos órgãos de classe competentes, se for o caso, sendo facultado à Contratante exigir prova de tal condição à qualquer tempo.

CLÁUSULA IV – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A prestação dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 14.133/21, e alterações posteriores. O gestor do contrato poderá exigir e realizar todas e quaisquer verificações, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer todos os detalhes necessários.

CLÁUSULA V – DOS PAGAMENTOS

5.1. A CONTRATANTE se compromete a pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal, a ser entregue até o último dia útil do mês na Secretaria Municipal de Finanças, a importância de R\$ 4.990,00/mês referente ao valor total mensal decorrentes dos serviços prestados.

5.2. No valor contratado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais, leis sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, demais serviços que possam acarretar ônus ao Município, especificados ou não no presente contrato.

5.3. As despesas com alimentação e estadia até a Sede do Município dos prepostos da Contratada, designados para a execução dos serviços, caberão exclusivamente à Contratada.

CLÁUSULA VI – DO EMPENHO DA DESPESA

6.1. As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, inicialmente pela indicada abaixo:

02.01.04.131.0006.2005.3.3.90.39.05.00.00 (6584-6)

CLÁUSULA VII – DO PRAZO

7.1. O prazo de duração será de 03 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, a contar da assinatura do contrato.

CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato no caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Responsabilização pelos prejuízos causados a CONTRATANTE, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência devidamente comprovada pela CONTRATANTE;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO SUL**

Rua do Comércio, 124 – Ipiranga do Sul/RS – CEP 99925-000 – Fone: (54)3336-1001

CLÁUSULA IX – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas supletivamente com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma ou mais das hipóteses contidas no artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/21e, alterações posteriores. Poderá também ser rescindido por qualquer uma das partes mediante Aviso Prévio, por escrito, de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA XI – DO FORO

11.1. As dúvidas deste contrato serão dirimidas pela legislação vigente, ficando eleito o Foro da Comarca de Getúlio Vargas/RS competente para a sua solução. E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma as partes contratantes.

Ipiranga do Sul, RS, 03 de janeiro de 2024.

MARCO ANTONIO SANA
Prefeito Municipal

FONTE EDITORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LTDA – ME
Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO SUL

Rua do Comércio, 124 – Ipiranga do Sul/RS – CEP 99925-000 – Fone: (54)3336-1001

3º TERMO ADITIVO CONTRATUAL

O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF sob nº 92.453.836/0001-60, com sede administrativa à Rua do Comércio, nº 124, nesta cidade, representado neste ato por seu Prefeito Municipal Marco Antonio Sana, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 3023020286, inscrito no CPF sob nº 375.193.360-34, residente e domiciliado na Rua Angelo Tonial, 414, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado empresa **FONTE EDITORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LTDA – ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua do Comércio, nº 1510, Sala 705, na cidade de Tapejara/RS, inscrita no CNPJ sob nº 09.529.654/0001-81, neste ato representado por seu Representante Legal. Tem, por este instrumento e na melhor forma de direito, justo e acordado o que segue:

As partes acima qualificadas celebram o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato Administrativo nº 013/2024, acordando no que segue:

DO OBJETO:

Prestação de serviços técnico especializados na área de jornalismo, da assessoria de imprensa, assessoria na realização do planejamento, da estratégia e do gerenciamento da publicidade institucional do município, assessoria na produção do programa de rádio institucional do município, planejamento de mídia, acompanhamentos de entrevistas, eventos, produção, elaboração e envio de textos, coleta de materiais, formatação, produção e envio para veiculação institucional do município.

DO ADITAMENTO:

Ambas as partes citadas acima, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2024, com obediência à Lei Federal nº 14.133/21, e alterações posteriores, aos princípios de direito público e às cláusulas e condições a seguir:

1. Fica ajustado entre as partes, que, em sendo o caso de prorrogação anual do Contrato, o mesmo poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses de vigência, sendo utilizando o índice da variação do IPCA/IBGE, para composição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
2. Assim, conforme estabelecido na Cláusula supra, e, considerando que a variação do IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, ficou em 4,87 % (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento), e considerando ainda que as partes, após negociação, acordaram na aplicação do reajuste anual no percentual de 1,50 % (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), fica o contrato inicial reajustado, passando o valor contratado de R\$ 4.990,00 (quatro mil e novecentos e noventa reais) mensais, para R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais) mensais, totalizando o valor anual do Contrato em 60.480,00 (sessenta mil e quatrocentos e oitenta reais).
3. Fica ajustado entre as partes, a prorrogação do Contrato inicial para mais 12 (doze) meses, à contar de 1º de Janeiro de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO SUL

Rua do Comércio, 124 – Ipiranga do Sul/RS – CEP 99925-000 – Fone: (54)3336-1001

4. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta das rubricas orçamentárias constantes da Lei de Meios.
5. As demais cláusulas do contrato inicial, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Ipiranga do Sul, 30 de dezembro de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Município de Casca
Estado do Rio Grande do Sul

CONTRATO N.º 05/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA

O **MUNICÍPIO DE CASCA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob n 87.596.623/0001-57, com sede física na Rua Tiradentes, 778, na cidade de Casca - RS, representado pelo Prefeito Municipal, Jurandi Neri Perin, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **FERNANDES PUBLICIDADE LTDA ME** inscrita no CNPJ sob n.º 94.288.404/0001-76, com sede na Rua Darwim Marosin, nº 185, Sala 105, Centro da cidade de Marau/RS, CEP nº 99150-000, neste ato representada pelo senhor Aldo Fernandes, inscrito no CPF sob o nº 132.133.340-49 doravante denominado de **CONTRATADA**, no termos da dispensa de licitação 15/2025 contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA deverá executar a prestação de serviços de assessoria de imprensa, para elaboração de releases para veículos de comunicação e programa de rádio, gerenciamento das redes sociais da prefeitura, atualização de notícias no site e diagramação de revistas e informativos, bem como, sendo que a empresa prestará o serviço de 12 horas semanais presenciais.

Parágrafo Primeiro – Pela execução dos serviços a CONTRATADA receberá o valor de **R\$ 4.910,00** (quatro mil novecentos e dez reais) mensais.

Parágrafo Segundo – Nos valores constantes acima já estão incluídos os tributos incidentes, transporte, despesas em geral para a prestação dos serviços no município de Casca/RS.

Parágrafo Terceiro – Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para prestação de serviço no município de Casca/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA - O pagamento será realizado, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – O Município efetuará o pagamento de forma mensal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a efetiva prestação dos serviços, mediante expedição da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Parágrafo Segundo – O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

Parágrafo Terceiro – O Município pode exigir que as licitantes vencedoras apresentem cópia das folhas de pagamento, guias de recolhimento de obrigações sociais e previdenciárias com seus prestadores de serviço, mediante a apresentação de cópia autenticada, sempre até o dia 20 (vinte) do mês seguinte a realização dos serviços prestados, sob pena de não recebimento do valor da próxima fatura mensal.



Município de Casca
Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo Quarto – O Município efetuará as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, quando for o caso.

Parágrafo Quinto – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a) no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como na execução do objeto.

Parágrafo Sexto – Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na seguinte conta da empresa:

Banco: Banrisul Agência: 0727 Conta Corrente: 06.070620.0-0

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA assume a responsabilidade de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA – As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - FUNCIONAL:

04.122.0201.2011.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento.

3.3.90.39.59 - SERVIÇO DE AUDIO, VIDEO E FOTO – FICHA:99

CLÁUSULA QUINTA – Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 14.133/2021 e alterações, e os dispositivos da licitação modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2025.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração constantes no art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - Além das condições previstas nos artigos 137, 138 e 139, todos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, o presente contrato poderá ser extinto, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADO** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

I. Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;



Município de Casca
Estado do Rio Grande do Sul

- II. Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
- III. Manifesta deficiência do serviço;
- IV. Falta grave ao juízo do município;
- V. Falência ou insolvência;
- VI. Não prestação dos serviços/entrega dos equipamentos no prazo previsto.

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA fica expressamente vinculada aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA que não satisfizer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de **apresentação de documento ou declaração falsa** para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos, conforme dispõe o artigo 156, parágrafo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

c) A recusa em atender/entregar o objeto licitado, acarretará a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total **adjudicado**, cumulada com a pena de suspensão temporária do direito participar de licitações e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 03 (três) anos.

d) Será aplicada multa, no caso de atraso na entrega do objeto desta licitação, de 1% ao dia de atraso, limitada a 20% do valor total adjudicado ao licitante vencedor.

e) Ficam sujeitos a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global mensal contratado referente ao valor global mensal estimado as licitantes vencedoras pratiquem os seguintes atos:

I - Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data apazada na “ordem de início dos serviços”;

II - Não entregar a anotação de responsabilidade técnica (ART) – referente à execução – até o início da prestação dos serviços nos casos que for exigido;

III - Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

IV - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

V - Desatender às determinações da fiscalização;



Município de Casca
Estado do Rio Grande do Sul

VI - Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

VII - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

Parágrafo primeiro – No caso de recorrência das infrações constantes na alínea “e” da cláusula nona a multa será majorada para até 10% (dez por cento) sobre o valor global mensal contratado e a contratação poderá ser rescindida.

Parágrafo segundo - Na aplicação das penalidades previstas no edital, o município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156, “caput”, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo terceiro - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Parágrafo quarto - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo quinto – Após o andamento do devido procedimento administrativo para aplicação de penalidades, poderá haver compensação de valores, realizando o desconto das multas aplicadas no pagamento pendente da empresa penalizada.

Parágrafo sexto – A multa aplicada poderá ser descontada do valor que a contratada faça jus a receber.

CLÁUSULA DÉCIMA – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de **17 de fevereiro de 2025**, nos termos do art. 106, § 2º Lei n.º 14.133/21.

Parágrafo primeiro - As alterações e prorrogações do prazo contratual, aceitas e concedidas pela CONTRATANTE, serão formalizadas por escrito, sendo objeto de respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este contrato poderá ser alterado por aditamento, no que couber, nos casos previstos nos arts. 124 e 135, seus incisos, alíneas e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CONTRATANTE procederá na devida fiscalização da execução contratual através dos servidores:

- a) Elaine Bolsoni, para exercer a função de gestor do contrato administrativo; e,
- b) Heitor Piccolotto, para exercer a função de fiscal do contrato administrativo.



Município de Casca
Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Casca/RS para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e acordados, celebram o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual forma a teor, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Casca/RS, 17 de fevereiro de 2025.

Município de Casca
Jurandi Neri Perin
Contratante

Fernandes Publicidade LTDA ME
Contratada

Elaine Bolsoni
Gestor

Heitor Piccolotto
Fiscal

Testemunha

Testemunha

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 334/2024
Dispensa de Licitação nº 061/24

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE
IMPrensa/COMUNICAÇÃO**

Contratante: **MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.453.927/0001-03, com sede na Av Danilo Arlindo Lorenzi, 585, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **IRSON MILANI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1057924481, inscrito no CPF sob o nº 668.273.370-49, residente e domiciliado na Linha Alto Alegre, neste município, doravante denominado de “**CONTRATANTE**”,

Contratado: **DESTAQUE NEWS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.902.845/0001.26, com sede na Rua Bruno Lange, 225, Centro, na cidade de Machadinho-RS, neste ato representada pelo **Sr. SILMAR LUIZ BÍSCARO**, portador do CPF nº 004.059.590-01 e portador do RG nº 9074473522, residente e domiciliado na Rua Nono Sassi, 79, Centro, em Machadinho/Rs, firmam o presente contrato de **Dispensa de Licitação nº 061/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato administrativo a prestação de serviços de assessoria de imprensa, comunicação, publicidade e gestão de redes sociais, na realização do planejamento, da estratégia e do gerenciamento da publicidade institucional do Executivo, planejamento de mídia, acompanhamentos de entrevistas, eventos, produção, elaboração e envio de textos, coleta de materiais, formatação, produção e envio para veiculação institucional do Executivo, produção, locução e gravação, em mídia compatível, para veiculação de programa em rádio e outras mídias, se for o caso, com ao menos um jornalista devidamente registrado no órgão de classe, no atendimento de toda a demanda do município na área, podendo recair em feriados, sábados, domingos e fora do horário normas de funcionamento da repartição pública.

CLÁUSULA II – DAS ATRIBUIÇÕES

Os serviços constantes do Objeto serão prestados pela Contratada, por seus prepostos designados, na Sede do Município, na sede da Contratada ou onde se fizer necessário, segundo as necessidades do serviço.

A Contratada deverá disponibilizar profissional com experiência na área, sendo ao menos um com registro no conselho de classe, devendo ainda observar as disposições constitucionais no que tange a publicidade institucional dos órgãos da administração pública, não podendo, em hipótese alguma haver qualquer tipo de promoção pessoal ou desvirtuamento.

CLÁUSULA III – DAS RESPONSABILIDADES

3.1. A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços ora contratados que a ela estarão subordinados, assumindo também a responsabilidade pelas obrigações sociais, fiscais e trabalhistas decorrentes deste Contrato Administrativo.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA, em hipótese alguma, poderá paralisar a prestação dos serviços, devendo imediatamente substituir eventual profissional impossibilitado de prestar o serviço, sob pena de incorrer nas sanções administrativas previstas no presente contrato.

Parágrafo Segundo: Todos os profissionais utilizados pela Contratada, deverão possuir experiência e serem qualificados, sendo ao menos um, com inscrição nos respectivos

órgãos de classe competente, sendo o responsável técnico, sendo facultado à Contratante exigir prova de tal condição a qualquer tempo.

CLÁUSULA IV – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A prestação dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores. O gestor do contrato poderá exigir e realizar todas e quaisquer verificações, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer todos os detalhes necessários.

CLÁUSULA V – DOS PAGAMENTOS

A CONTRATANTE se compromete a pagar até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal, a importância de **R\$ 4.920,00 (Quatro mil novecentos e vinte reais)** referente ao valor total mensal decorrente dos serviços prestados.

No valor contratado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais, leis sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, demais serviços que possam acarretar ônus ao Executivo, especificados ou não no presente contrato.

As despesas com deslocamento, alimentação e estadia até a Sede do Município dos prepostos da Contratada, designados para a execução dos serviços, caberão exclusivamente à Contratada.

CLÁUSULA VI – DO EMPENHO DA DESPESA

6.1. As despesas resultantes da execução deste contrato serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, inicialmente pela indicada abaixo:

02.01 339039000000 2003 Outros serviços terceiros – pessoa jurídica

CLÁUSULA VII – DO PRAZO

7.1. O presente contrato vigorará por um prazo de 12(doze) meses, contados de 1º de janeiro de 2025, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato no caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Responsabilização pelos prejuízos causados a CONTRATANTE, decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência devidamente comprovada pela CONTRATANTE;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou.

CLÁUSULA IX – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas supletivamente com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração Municipal.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido, caso se materialize uma ou mais das hipóteses contidas na Lei Federal nº 14.133/2023. Poderá também ser rescindido por qualquer uma das partes mediante Aviso Prévio, por escrito, de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA XI – DO FORO

11.1. As dúvidas deste contrato serão dirimidas pela legislação vigente, ficando eleito o Foro da Comarca de São Valentim/RS competente para a sua solução. E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma as partes contratantes.

E por estarem assim justos e acordados lavrou-se o presente termo em duas vias de igual teor forma que, após lido e achado conforme, é assinado para que surta seus efeitos.

Entre Rios do Sul/RS, 11 de Dezembro de 2024.

IRSON MILANI
Prefeito Municipal
Contratante

DESTAQUE NEWS LTDA
Contratada